

Credores externos dos bancos falidos pressionam o governo

Divida Externa

JORNAL DO BRASIL

20 JUN 1986

Brasília — Alguns bancos credores do Brasil estão pressionando o governo para resolver primeiro a questão do pagamento dos repasses de empréstimos que fizeram aos bancos Maisonave, Comind e Auxiliar (liquidados no ano passado) antes de sua adesão ao acordo provisório de renegociação da dívida externa.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, submeteu ao presidente José Sarney um conjunto de alternativas para que ele tome a decisão sobre o que fazer, mas nenhuma delas inclui o que reivindicam os bancos: reembolso de 100% dos repasses, que somam um total de 600 milhões de dólares.

Funaro e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, são contrários ao pagamento, pois acham que em todo empréstimo existe uma margem de risco que faz parte da rotina da atividade bancária. "Os dólares foram registrados no Banco Central por uma questão de legislação. Mas isso não significa que o governo brasileiro deu aval a essas operações. Elas ocorreram entre o banco estrangeiro e o banco brasileiro" argumentou recentemente Bracher.

Os 600 milhões de dólares foram repassados por bancos estrangeiros aos três bancos brasileiros sob intervenção através do mecanismo da resolução 63, do BC, que regulamenta essa modalidade de empréstimo. Quando os bancos quebraram, as autoridades econômicas brasileiras recusaram a assumir a responsabilidade de seu pagamento e mais tarde admitiram apenas um ressarcimento de 25% da dívida, idêntico valor coberto no caso dos credores internos.

Outra hipótese é aguardar a apuração final da massa falida pelo liquidante, que mais tarde qualificaria aqueles credores credenciados para o recebimento, a partir da constatação que as demais empresas desses grupos sob liquidação possuem patrimônio suficiente para honrar parte dos compromissos assumidos no passado.

De cerca de 800 bancos credores, pelo menos 40% ainda não deu sua adesão ao acordo provisório de renegociação, que deverá ser assinado até o próximo dia 31 de agosto. Esses 40% de credores que condicionam sua assinatura

a uma "solução satisfatória" para o caso, dos repasses é responsável por 30% dos valores rolados através do acordo. Além disso, alguns bancos que já responderam positivamente ao governo brasileiro condicionaram sua concordância definitiva à solução pedida. O Banco Central tem recebido sistematicamente comunicação verbal e correspondência dos bancos cobrando uma definição por parte do governo.

O acordo que o Brasil espera assinar em agosto estabelece a prorrogação de créditos vencidos em 1985, com 7 anos de prazo para pagamento, após 5 de carência, no caso da dívida vencida em 86, ela será estendida até janeiro do ano que vem, quando o país se compromete a apresentar uma proposta definitiva de renegociação. A questão do pagamento dos repasses é um dos temas polêmicos no capítulo da renegociação parcial da dívida. Por ocasião da visita da Bracher e do diretor da dívida externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, aos Estados Unidos, neste primeiro semestre, este foi o principal complicador nas conversações prévias.